



MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO

**MAPPING LEGISLATION REGARDING THE CARE OF CHILD VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE:
SCOPING REVIEW**

**CARTOGRAFÍA DE LA LEGISLACIÓN RELATIVA A LA ATENCIÓN A LOS NIÑOS VÍCTIMAS DE
VIOLENCIA SEXUAL: UNA REVISIÓN DEL ALCANCE**

Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa¹, Samuel Miranda Mattos², Lídia Andrade Lourinho³

e391895

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1895>

PUBLICADO: 09/2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar um protocolo de revisão de escopo que mapeie a forma como tem sido realizado o atendimento de crianças vítimas de abuso sexual. O protocolo de pesquisa fundamenta-se no manual Joanna Briggs Institute (JBI), para tanto foi seguido o *checklist Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses - Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). A busca e coleta de dados será realizada durante o mês de outubro do ano de 2022, fazendo uso de palavras-chaves, sendo a interpretação dos dados realizada a partir do *Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ) versão 0.6 *alpha 3*, seguindo-se da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual. Atendimento. Sistema de Garantias de Direitos.

ABSTRACT

This article aims to carry out a scope review protocol that maps the way in which children victims of sexual abuse have been treated. The research protocol is based on the Joanna Briggs Institute (JBI) manual, for which the Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses - Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) checklist was followed. The search and data collection will be carried out during the month of October of the year 2022, using keywords, and the interpretation of the data will be carried out from the Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ) version 0.6 alpha 3, following from the content analysis in Bardin's perspective.

KEYWORDS: Sexual Abuse. Assistance. System of Rights Guarantees.

RESUMEN

Este artículo pretende llevar a cabo un protocolo de revisión del alcance para mapear la forma en que los niños víctimas de abuso sexual han sido atendidos. El protocolo de investigación se basa en el manual del Instituto Joanna Briggs (JBI), para el que se siguió la lista de verificación de los Elementos de Información Preferidos para las Revisiones Sistemáticas y los Meta-Análisis -

¹ UECE - Universidade Estadual do Ceará

² Professor de Educação Física, Mestre e Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). MBA em Gestão de Academias e Negócios em Esporte e Bem-Estar pelo Centro Universitário Farias Brito (FFB). Membro do Grupo de Pesquisa Epidemiologia, Cuidado em Cronicidade e Enfermagem (GRUPECCE-CNPq)

³ Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Saúde Coletiva (UECE/UFC/UNIFOR). Mestre em Educação em Saúde (UNIFOR). Pedagoga. Fonoaudióloga. Psicopedagoga. Pesquisadora do Laboratório de Saúde nos Espaços Educacionais. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES na Universidade de Massachusetts em Amherst. Avaliadora de curso de graduação do INEP-MEC. Docente dos Cursos de Mestrado Profissional Ensino na Saúde, Gestão em Saúde e Saúde da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual do Ceará. Professora do curso de Enfermagem e Psicologia e presidente da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Luciano Feijão



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

Extensión para las Revisiones de Alcance (PRISMA-ScR). La búsqueda y recopilación de datos se realizará durante el mes de octubre de 2022, haciendo uso de palabras clave, mientras que la interpretación de los datos se realizará a partir del Análisis Multidimensional de Textos y Cuestionarios (IRaMuTeQ) versión 0.6 alpha 3, siguiendo el análisis de contenido en la perspectiva de Bardin.

PALABRAS CLAVE: Abuso sexual. Asistencia. Sistema de garantías de derechos.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual é considerado um crime hediondo no Brasil segundo artigos: 217-A, 218-A, 218-B, 234-A, 234-B e 234-C, acrescidos no ano de 2009, constando no Código de Processo Penal como sujeito a pena de reclusão (BRASIL, 1940), sendo, portanto, objeto de legislação específica. Entretanto, a legislação brasileira não tem como objetivo apenas a punição do agressor, mas possui mecanismos legislativos que almejam a promoção de ações educativas e atividades de prevenção, a partir do trabalho empreendido por equipes multidisciplinares que auxiliam operadores do direito não apenas na análise do caso, mas em empregar um olhar global para as peculiaridades existentes em cada caso.

Segundo a UNICEF (2021) 2017 e 2020 registrou-se 179.277 casos de estupro, sendo 62 mil das vítimas crianças de até 10 anos de idade, representando um terço do total de abusos sexuais computados. Ademais, a entidade afirma ainda que quase 80% das vítimas são do gênero feminino, sendo os crimes que ocorridos com pessoas do gênero masculino mais prevalente durante o período compreendido entre 3 e 9 anos de idade.

No Estado do Ceará, a partir dos dados sistematizados pela GEESP/SUBESP referentes à criminalidade e violência presentes no sistema da SSPDS/CE, apenas no ano de 2022 já computou, até o mês de junho, um total de 869 de crimes sexuais registrados.

Tendo em vista o perfil das vítimas acima descrito é possível inferir que a assistência às vítimas de abuso sexual infantil é delicada, e exige conhecimento específico sobre o tema da infância, bem como dos marcos legais associados, para que as intervenções empreendidas pelos profissionais sejam efetivas tanto ao objetivo da proteção quanto na tentativa de mitigar os possíveis danos ocasionados aquele que sofre o malogro da prática criminosa.

Essa especificidade se dá, pois, as intervenções abordam um público considerado como em situação peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990), de modo que os possíveis impactos ocasionados têm sido associados na literatura com o aumento do risco de o desenvolvimento de transtornos psicológicos de longa duração, como depressão, transtorno de estresse pós-traumático, além de maior vulnerabilidade a vivência de abuso sexual na adolescência e idade adulta (HANSON et al., 2018).

Sua ocorrência pode ainda gerar implicações mudanças estruturais no cérebro da vítima, sendo apontado por Lima *et al.* (2022) a área córtico-límbicas onde foram apresentadas as principais alterações, compreendendo hipocampo, amígdalas, ínsula, córtex pré-frontal ventromedial, dentre



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

outras. Alterações devem ainda ser apontadas no meio social, haja vista que os procedimentos de denúncia e possíveis tratamentos ou acompanhamento psicossocial modifica a rotina e funcionamento familiar modificações, levando em conta ainda que grande parte dos abusos sexuais são perpetrados por um membro da família ou adulto próximo a criança e seu núcleo familiar (SANDERSON, 2005).

Importa ressaltar, que práticas de violência são ações permeadas por características históricas e culturais (MINAYO, 2006), suas formas e modalidades sofrem diversas modificações e nuances com o passar do tempo, assim como também o faz a legislação de referência a proteção à criança e ao adolescente. Consequentemente, é necessária a constante atualização por parte dos profissionais que atendem a infância tanto sobre inovações de presentes em suas áreas de formação, quanto acerca das modificações realizadas nas legislações sobre o tema.

Portanto, mostra-se imprescindível que seja analisado como é realizado o procedimento do atendimento a criança e ao adolescente vítima de violência sexual, haja vista que todos os passos adotados terão conexão com o cuidado e bem-estar da vítima. Para tanto, as orientações oferecidas aos profissionais e legislações voltadas para a temática constituem um rico material para compreensão das metodologias e pontos de vista adotados, assim como os possíveis caminhos de desenvolvimento adotados no contexto do País.

Outrossim, a produção do artigo tem ainda relevância na medida em que no contato com os procedimentos de atendimento é possível verificar a dificuldade de aplicação da legislação sobre o tema no contexto de ocorrência concreta do caso, sendo necessário o estudo aprofundado sobre os sentidos adotados e as inovações concebidas no âmbito do atendimento para que então possam ser formuladas solicitações de atualização consentâneas com as necessidades dos profissionais.

1 MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO

Trata-se de uma revisão de escopo. Pode-se elencar as distintas etapas do percurso metodológico: critérios de elegibilidade, definição de fontes de evidências, escolha da estratégia de busca, seleção de evidências, análise e apresentação dos dados coletados, discussão sobre os dados encontrados e possíveis reflexões a partir da compreensão advinda do material encontrado seguindo o percurso do *checklist* PRISMA-ScR (PRISMA *extension for Scoping Reviews*) (TRICCO *et al.*, 2018). A presente revisão também é registrada na *Open Science Framework* (OSF), inscrita sob o DOI de número 10.17605/OSF.IO/CTSZ3. Todas as etapas têm o fito de compensar as evidências encontradas de modo que o escopo do conhecimento produzido sobre determinado tema seja avaliado (TRICCO *et al.*, 2018).

A questão norteadora proposta foi: “Quais as políticas públicas direcionadas a proteção de crianças em relação a violência sexual?”. A pergunta foi formulada por meio da estratégia PCC (P: População, C: Conceito, C: Contexto), seguindo a metodologia do Manual JBI (Peters *et al.*, 2020), no qual “P” seria a população (profissionais que realizam intervenções com crianças), “C” o conceito

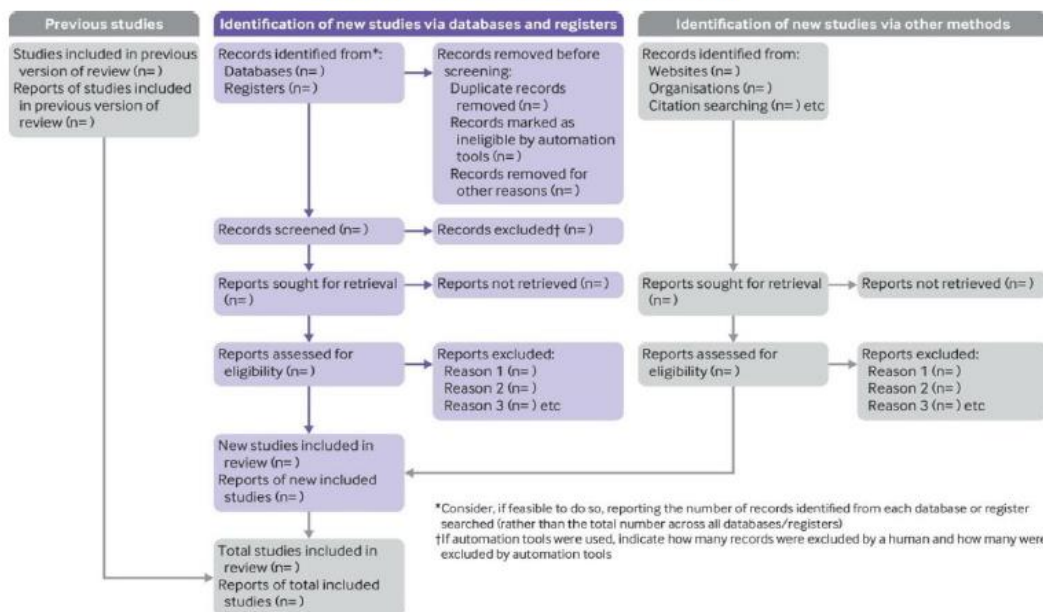


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

(proteção contra o abuso sexual), e “C” o contexto (atendimento ao infante) (OLIVEIRA ARAÚJO, 2020).

Figura 1 – Diagrama de Fluxo Prisma 2020.



Fonte: The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews

Para coleta de dados sobre as publicações que irão compor essa revisão sobre o tema, será realizada uma busca *online* nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *National Library of Medicine* (MEDLINE), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Pepsic. A literatura cinzenta será acessada em sites do Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Associação Brasileira de Saúde Mental, Conselho Federal de Psicologia e na *American Psychological Association* (APA). Além disso serão utilizadas peças da literatura cinza que constam como legislações brasileiras para realização dos encaminhamentos obrigatórios, e que constem no site oficial do Governo Brasileiro (<https://legislacao.presidencia.gov.br/>), tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normativas.

Os descritores escolhidos foram: Violência Sexual, Atendimento, Criança. Para restringir a amostra de artigos encontrados será utilizado o operador booleano *and*, uma vez que foi necessária a interrelação entre os termos pesquisados, sendo operacionalizado como sistema de Violência Sexual *and* Atendimento *and* Criança fazendo uso de palavras-chave para ampliar a extensão dos resultados, conforme demonstrado no quadro I (OLIVEIRA ARAÚJO, 2020).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

Quadro 1 – Estratégia de busca da revisão de escopo.

Itens	População	Conceito	Contexto
Extração	Criança	Atendimento	Violência Sexual
Conversão	<i>Child</i>	<i>Service</i>	<i>Sexual Violence</i>
Combinação	<i>Child, Children, Infant, kid</i>	<i>Service, Attendance, Care, Attention</i>	<i>sexual violence, sex abuse, sexual assault, sexual harassment, sexually assault, sexually assaulted, sexually abused, sexually exploitation, molestation, rape</i>
Construção	<i>("Child OR Children OR Infant OR kid")</i>	<i>("Service OR Attendance OR Care OR Attention")</i>	<i>("sexual violence OR sex abuse OR sexual assault OR sexual harassment OR sexually assault OR sexually assaulted OR sexually abused OR sexually exploitation OR molestation OR rape")</i>
Uso	<i>Child OR Children OR Infant OR kid AND Service OR Attendance OR Care OR Attention AND Sexual Violence OR Sex Abuse OR Sexual Assault OR Sexual Harassment OR Sexually Assault OR Sexually Assaulted OR Sexually Abused OR Sexually Exploitation OR Molestation OR Rape</i>		

Serão utilizados artigos científicos e da literatura cinzenta, publicados em português e inglês, elegíveis para inclusão. Os estudos atenderão os critérios de inclusão caso: 1) tratem sobre o processo de atendimento à criança vítima de violência sexual que vise a promoção de segurança e sua retirada da situação de violência 2) que tenham sido publicados em sites do governo e/ou de entidades reconhecidas relacionadas as áreas da Psicologia, Psiquiatria e/ou Direito 3) publicações nos idiomas citados em que se façam presentes as palavras chaves: Violência Sexual, Atendimento, Criança.

Serão excluídos aqueles que não tiverem no corpo do seu texto informações sobre a realização do atendimento à criança vítima de violência sexual. A análise dos achados ocorrerá a partir dos critérios estabelecidos, informação de título e resumos serão realizados por dois revisores autônomos. Na ocasião de impossibilidade de verificação da coesão do artigo com os critérios estabelecidos a partir do título e do resumo, será revisado o artigo completo. Em caso de discordância entre revisores, serão empreendidas reuniões para que se chegue a um consenso, não



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

sendo possível a resolução do impasse, um terceiro revisor será convidado. Quaisquer dúvidas que porventura surjam serão dirimidas pelos respectivos autores dos achados.

Será utilizado o fluxograma PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses*), conforme demonstra Figura 1 abaixo. Para seleção, remoção de duplicatas e triagem, será feito uso do gerenciador de referências *Rayyan QCRI* versão *on-line* (OUZZANI *et al.*, 2016). *Microsoft Excel*, será usado para organização de dados, com o uso dos seguintes atributos: título, autores, idioma, periódico, ano de publicação, tipo de publicação.

Os achados e resultados serão demonstrados fazendo uso do recurso visual de tabelas e gráficos. Nesse ínterim, será usado o *software* de Análise Textual e Interface de *R Pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ) versão 0.6 *alpha 3* para processamento de informação. Importa ressaltar que o programa é de livre acesso, e que foi desenvolvido em linguagem *Python*, portanto, suas funções são de *software* estatístico R, possibilitando o foco qualitativo, bem como diversas análises no que se refere ao *corpus* textual (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A análise dos achados decorrentes da estratégia de pesquisa será realizada de forma descritiva, perpassados pela análise de conteúdo de Bardin (2011), haja vista que esse método permite o estudo das significações presentes nos discursos e o significado presente na forma de distribuição desse discurso. Devido às características de sua realização, o presente estudo dispensa aprovação por parte do Comitê de ética em Pesquisa (AROMATARIS; MUNN, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de encaminhamentos consentâneos com as necessidades particulares de cada caso tem enorme importância na promoção de proteção integral ao infante. Portanto, o conhecimento sobre políticas públicas e possibilidades de acesso a mecanismos legais já existentes constituem uma ferramenta que pode se mostrar fundamental no atendimento promovido pelos serviços do sistema de garantias de direitos.

Dessa forma, mapear as possibilidades já existentes na legislação e o significado do tipo de proteção que tem sido promovido na atualidade posiciona os profissionais que atuam com a infância quanto a sua *práxis*, permitindo ainda o questionamento e a produção de novas formas de conhecimento e promoção de um atendimento resolutivo que abarque as necessidades peculiares dos casos com os quais se defronta.

REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). *JBIM Manual for Evidence Synthesis*. **JBIM**, 2020. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

MAPEANDO LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO DE ESCOPO
 Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa, Samuel Miranda Mattos, Lídia Andrade Lourinho

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Doi: <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

HANSON, R. F.; WALLIS, E. Treating Victims of Child Sexual Abuse. **American Journal of Psychiatry**, v. 175, n. 11, p. 1064–1070, 2018. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2018.18050578> Acesso em: 24 jul. 2022.

LIMA, I. P.; EVANGELISTA, J. C.; BEZERRA, L. C. A.; SILVA, M. C. L.; LOUREIRO, M. L.; GOULART, P. C.; MESQUITA, Y. P. de. Neurological changes in individuals with post-traumatic stress disorder secondary to childhood sexual abuse: a scope review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e1611427125, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27125. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27125>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

OLIVEIRA ARAÚJO, W. C. Recuperação da informação em saúde. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p. 100-134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v3i2.13447>

OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan — a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 1, p. 210, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças**. São Paulo: Ed. M. Books do Brasil. 2005.

SSPDS – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Relatório do ano de 2022. Indicadores Criminais 2022 - Crimes Sexuais**. Fortaleza, CE: SSPDS, 2022.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K. K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D.; MOHER, D.; PETERS, M. D. J.; HORSLEY, T.; WEEKS, L.; HEMPEL, S.; AKL, E. A.; CHANG, C.; MCGOWAN, J.; STEWART, L.; HARTLING, L.; ALDCROFT, A.; WILSON, M. G.; GARRITTY, C.; STRAUS, S. E. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and **Explanation**. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. [S. l.]: Unicef, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-final-2010.pdf>